

Indecisão tira sono de muitos

A indefinição sobre as regras que vão orientar as eleições presidenciais vem tirando o sono de muitos presidentiáveis. Até hoje, candidatos como Jânio Quadros, Ronaldo Caiado e Fernando Collor de Mello não sabem ainda se poderão ou não disputar a sucessão. Entre as matérias cujo exame vem sendo adiado indefinidamente pela Câmara está a regulamentação da legislação eleitoral que definirá, entre outras coisas, os prazos mínimos de filiação partidária, que pode derrubar ou viabilizar estas candidaturas.

O adiamento de decisões importantes como essa não se deve, como muitos imaginam, à falta de quorum. Desta vez, o principal entrave ao desenrolar ágil do processo legislativo é a inexistência de um regi-

mento interno adequado à nova Constituição. Por falta de normas que estabeleçam o rito deste processo só entram na pauta de votações as proposições acertadas previamente pelas lideranças de todos os partidos.

Os acordos entre os líderes são difíceis e só permitiram este ano, a apreciação de três projetos: o que modificou o regimento interno para a instalação das comissões permanentes da Câmara, o que estabeleceu os casos de inelegibilidades para as próximas eleições e o que fixou o ouro como ativo financeiro.

ESTATIZAÇÃO

Costurar um acordo entre os líderes para permitir o encaminhamento de algum projeto em pauta para a votação não é tarefa fácil. Mesmo proposições que

parecem ter a tramitação em regime de urgência praticamente assegurada, às vezes são derrubadas na última hora por discordância de um ou outro líder.

Isso foi o que aconteceu, há poucos dias, com o projeto do deputado João Agripino (PMDB-PB) que disciplina a privatização das estatais. O deputado apresentou a proposta no dia da rejeição da medida provisória 26, sobre o mesmo assunto. A urgência para este projeto foi negada por apenas três líderes — do PT, PDT e PSDB. Foi o suficiente, no entanto, para que a proposta não tenha a menor chance de ser votada nos próximos dois meses. Enquanto isso, alerta João Agripino, o Executivo pode tomar a iniciativa de privatizar empresas importantes sem que o Congresso tenha como opinar.